DE ACORDO COM O ÚLTIMO EDITAL

TEORIA E EXERCÍCIOS

TEORIA E EXERCÍCIOS

RECEITA FEDERAL

Analista Tributário

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Língua Inglesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Estatística
- Fluência em Dados
- Direito Constitucional
- Direito Tributário
- Administração Geral e Pública (On-line)
- Direito Administrativo (On-line)
- Legislação Tributária (On-line)
- Legislação Aduaneira (On-line)
- Contabilidade Geral (On-line)

CONTEÚDO ON-LINE
VIDEOAULAS
Legislação Aduaneira

NOVA CONCURSOS

RECEITA FEDERAL

Analista Tributário

NV-028AB-26-PREP-RECEITA-FEDERAL-ANALISTA
Cód.: 7908428816728

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Analista Tributário*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital da *Receita Federal.*

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de "*Importante!" e "Dica*", com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FGV*, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Administração Geral e Pública, Direito Administrativo, Legislação Tributária e Contabilidade Geral disponíveis em PDF para download e Legislação Aduaneira em vídeoaula*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA 13

- **ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO 13**
- **GÊNERO DO TEXTO 14**
  - **LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO 14**
  - **NARRATIVO 14**
  - **DESCRITIVO 15**
  - **ARGUMENTATIVO 16**
- **INTERPRETAÇÃO 16**
- **ORGANIZAÇÃO INTERNA 20**
- **SEMÂNTICA: SENTIDO E EMPREGO DOS VOCÁBULOS 22**
- **CAMPOS SEMÂNTICOS 24**
- **MORFOLOGIA: RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIS 25**
  - **MECANISMOS DE FLEXÃO DOS NOMES 26**
    - Padrões Gerais de Colocação Pronominal no Português 34
  - **EMPREGO DE TEMPOS E MODOS DOS VERBOS EM PORTUGUÊS 34**
  - **MECANISMOS DE FLEXÃO DOS VERBOS 35**
- **PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS 41**
- **SINTAXE: FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO 46**
    - Termos da Oração 46
  - **PROCESSO DE COORDENAÇÃO 52**
  - **PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO 53**
  - **REGÊNCIA DE NOMES E VERBOS 56**
  - **CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL 58**
- **TRANSITIVIDADE DE NOMES E VERBOS 64**
- **MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL 65**
- **ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA 70**
- **EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE 71**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

PONTUAÇÃO **74**

REESCRITA DE FRASES: SUBSTITUIÇÃO E DESLOCAMENTO **77**

PARALELISMO **79**

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: NORMA CULTA **80**

REDAÇÃO DISCURSIVA 87

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA **87**

LÍNGUA INGLESA 121

CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA E DOMÍNIO DA ESTRUTURA DA LÍNGUA **121**

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VARIADOS **123**

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO **129**

IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS **132**

IDEIAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS **132**

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS **133**

ITENS GRAMATICAIS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS SEMÂNTICOS **134**

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO 145

LÓGICA: PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS **145**

PREDICADOS **147**

Quantificadores 147

PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO **152**

EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS **153**

CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS **163**

NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS E SUAS OPERAÇÕES **171**

PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA **178**

JUROS **182**

PORCENTAGEM **186**

MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA E TEMPO **188**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS 190

DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES 191

COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELECTUAIS: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS 192

RACIOCÍNIO VERBAL 192

RACIOCÍNIO MATEMÁTICO 192

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL 192

ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL 192

COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS 192

PROBLEMAS DE CONTAGEM E NOÇÕES DE PROBABILIDADE 197

GEOMETRIA BÁSICA 206

ÂNGULOS 206

TRIÂNGULOS 209

POLÍGONOS 210

PERÍMETRO 212

ÁREA 212

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA 214

MÉDIA 214

MODA 215

MEDIANA 215

DESVIO PADRÃO 215

PLANO CARTESIANO: SISTEMA DE COORDENADAS, DISTÂNCIA 215

RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS 216

ESTATÍSTICA 235

ESTATÍSTICA DESCRITIVA 235

Séries Temporais 236

PROBABILIDADE E DISTRIBUIÇÕES DE PROBABILIDADE 243

INFERÊNCIA: ESTIMAÇÃO PONTUAL E INTERVALAR E TESTES DE HIPÓTESES 264

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- **PREDIÇÃO: ABORDAGENS 276**
  - **REGRESSÃO LINEAR SIMPLES 276**
  - **REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA 276**
- **REGRESSÃO LOGÍSTICA 277**

FLUÊNCIA EM DADOS 283

- **CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS 283**
- **AGRUPAMENTOS, TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES 289**
- **CONCEITOS DE ANALYTICS 294**
- **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZADO DE MÁQUINA 295**
- **PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL 300**
- **GOVERNANÇA DE DADOS: CONCEITO, TIPOS (CENTRALIZADA, COMPARTILHADA E COLEGIADA) 302**
- **CIÊNCIA DE DADOS: IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO 308**
- **BIG DATA: BIG DATA EM RELAÇÃO A OUTRAS DISCIPLINAS 310**
- **CIÊNCIA DOS DADOS 322**
- **CICLO DE VIDA DO PROCESSO DE CIÊNCIA DE DADOS 325**
  - **ANÁLISE DE DADOS 336**
- **PAPEIS DOS ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE CIÊNCIA DE DADOS E BIG DATA 341**
- **COMPUTAÇÃO EM NUVENS 344**
- **ARQUITETURA DE BIG DATA 348**
- **MODELOS DE ENTREGA E DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS DE BIG DATA 351**
  - Plataformas de Computação em Nuvem Para Big Data 359
- **LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO PARA CIÊNCIA DE DADOS: LINGUAGEM PYTHON E R 360**
- **BANCOS DE DADOS NÃO RELACIONAIS: BANCOS DE DADOS NOSQL; MODELOS NOSQL 381**
- **PRINCIPAIS SGBD'S 383**
- **SOLUÇÕES PARA BIG DATA 385**

DIREITO CONSTITUCIONAL 391

- **TEORIA GERAL DO ESTADO 391**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

TEORIA GERAL E TIPOS DE CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ORIGENS, CONTEÚDO, ESTRUTURA E CLASSIFICAÇÃO 395

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO 399

PODER CONSTITUINTE 399

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 401

CONSTITUIÇÃO 405

INTERPRETAÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 405

NORMAS CONSTITUCIONAIS E INCONSTITUCIONAIS 406

COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS 413

EFEITOS DA DECISÃO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 414

EMENDA, REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL 414

HIERARQUIA DAS NORMAS JURÍDICAS 416

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 417

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO 452

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 468

DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS 479

A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: OS PODERES DO ESTADO E AS RESPECTIVAS FUNÇÕES 482

O PODER LEGISLATIVO 483

A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE EXTERNO E OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO 490

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 492

O PODER EXECUTIVO 495

O Presidente e o Vice-presidente da República 495

As Atribuições do Presidente da República 498

A Responsabilidade do Presidente da República 498

Os Ministros de Estado 500

O PODER JUDICIÁRIO 501

Disposições Gerais 501

O Supremo Tribunal Federal 515

O Superior Tribunal de Justiça 518

O MINISTÉRIO PÚBLICO 525

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 530
- DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 537
  - SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 537
  - DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO 557
- DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 566
- DA ORDEM SOCIAL 574
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS 596

DIREITO TRIBUTÁRIO 605

- COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 605
- LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR 608
  - IMUNIDADES 608
  - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS 609
- CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS 612
- TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO 616
- TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS 617
- TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS 618
- SIMPLES 621
- LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 623
  - FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO 628
  - VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 631
  - APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 632
  - INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 633
- OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL E ACESSÓRIA 634
- FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 636
- SUJEIÇÃO ATIVA E PASSIVA, SOLIDARIEDADE E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA 638
- DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO 640
- RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 641
  - CONCEITO 641

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES 642
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS 643
RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES 643
CRÉDITO TRIBUTÁRIO 644
CONCEITO 644
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO 645
HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO LANÇAMENTO 647
MODALIDADES DE LANÇAMENTO 649
SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES 650
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES 653
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E MODALIDADES 656
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 657
PAGAMENTO INDEVIDO 660
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 660
FISCALIZAÇÃO 661
DÍVIDA ATIVA 663
CERTIDÕES NEGATIVAS 663
SIGILO FISCAL 664
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972) 666
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990) 672
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965 676
AÇÃO CAUTELAR FISCAL 677
A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SUA MITIGAÇÃO PERANTE O DIREITO TRIBUTÁRIO (LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019) 678
TRIBUTAÇÃO NO REGIME FALIMENTAR 682
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO 684
ABUSO DE FORMAS 686
INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO 686

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO

Produzir um texto não é simplesmente escrever palavras de forma encadeada, mas, sim, organizar ideias, selecionar estratégias discursivas e adequar a linguagem ao público-alvo e aos objetivos da comunicação. Essa construção envolve diversas etapas, que vão da pré-escrita à revisão final, exigindo do produtor textual competências que transcendem o domínio da norma gramatical.

No campo da linguística textual e da didática da língua, compreende-se que o texto é uma unidade de sentido que se realiza em situações concretas de uso da linguagem. Portanto, para que se construa um texto efetivo, é necessário considerar aspectos que envolvam tanto a estrutura interna quanto o contexto de produção. Esse processo é dinâmico e requer planejamento, criatividade, domínio das convenções do gênero textual escolhido e atenção à coerência e coesão.

A FASE DE PLANEJAMENTO

O primeiro estágio na construção de um texto é o planejamento, etapa em que o autor define o propósito comunicativo, o público-alvo, o gênero textual e o tema a ser abordado. Esse momento é essencial para que a produção textual tenha uma orientação clara e se desenvolva de maneira coerente. O planejamento permite delimitar o escopo temático, identificar os conhecimentos prévios do autor sobre o assunto e levantar informações necessárias à argumentação ou à exposição.

No processo de ensino-aprendizagem da escrita, essa etapa também pode incluir a construção de esquemas, mapas conceituais ou tópicos-chave, que servirão de guia para a redação do texto. Para gêneros mais formais, como dissertações, relatórios e pareceres, esse planejamento é ainda mais relevante, pois orienta a organização lógica e retórica do conteúdo.

A ETAPA DA TEXTUALIZAÇÃO

Após o planejamento, inicia-se a textualização propriamente dita, ou seja, o momento em que as ideias são transformadas em linguagem verbal estruturada. Nessa fase, o autor organiza os parágrafos, utiliza estratégias de coesão (como conectores, pronomes, elipses) e desenvolve a progressão temática. A textualização não é apenas uma transcrição mecânica de ideias, mas, sim, um processo ativo de construção de sentidos.

A escolha vocabular, o uso de figuras de linguagem, a estrutura sintática e a construção dos parágrafos são decisões que influenciam diretamente a eficácia comunicativa do texto. Além disso, o autor precisa respeitar as convenções do gênero textual, como a estrutura introdutória, o desenvolvimento e a conclusão, no caso da dissertação, ou os campos obrigatórios de um relatório técnico.

É importante salientar que essa fase não se dá de maneira linear. A textualização pode exigir retomadas constantes ao planejamento inicial, alterações de ordem, reescritas parciais ou completas. A fluidez textual depende tanto da familiaridade do autor com o tema quanto do seu repertório linguístico-discursivo.

A REVISÃO E A REESCRITA

Uma das etapas mais importantes e, por vezes, negligenciadas na construção textual é a revisão. Revisar é reler o texto com um olhar crítico, identificando possíveis incoerências, erros gramaticais, repetições desnecessárias, falhas na argumentação ou inadequações de linguagem. A revisão pode ser feita tanto pelo próprio autor quanto por terceiros (como revisores profissionais).

A reescrita, por sua vez, é a consequência da revisão. Consiste na modificação do texto a partir das observações feitas. Trata-se de um processo de aprimoramento contínuo, no qual o autor busca melhorar a clareza, a coesão e a adequação do texto. Nas produções editoriais, essa etapa envolve também aspectos gráficos e tipográficos, como a diagramação do texto, o uso de elementos paratextuais (títulos, subtítulos, legendas) e a conformidade com o projeto editorial.

A FUNÇÃO DA LEITURA NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO

Ler diferentes gêneros, estilos e autores permite ao produtor textual ampliar sua visão sobre as possibilidades da linguagem e compreender melhor as exigências comunicativas dos diferentes contextos.

No processo de ensino da produção textual, a leitura é frequentemente usada como ponto de partida para atividades de escrita, sendo trabalhada de forma integrada à produção.

O contato com textos bem escritos permite identificar estratégias discursivas, estruturas argumentativas e marcas de autoria que poderão ser incorporadas à prática de escrita do aluno ou escritor em formação.

A CONSTRUÇÃO TEXTUAL COMO PRÁTICA SOCIAL

Além dos aspectos formais e linguísticos, é imprescindível compreender que a construção textual é uma prática social. O texto não existe em abstrato; ele é sempre produzido em um contexto específico, com objetivos determinados e direcionado a interlocutores reais ou presumidos. Por isso, a competência textual envolve também a capacidade de interpretar situações de comunicação, escolher estratégias adequadas e posicionar-se diante dos temas abordados.

O autor, ao escrever, assume uma posição discursiva, estabelece relações com seu leitor e insere-se em uma cadeia de discursos que circulam na sociedade. Isso implica responsabilidade ética, consciência linguística e domínio das normas sociais de comunicação. No caso dos textos argumentativos, por exemplo, é fundamental respeitar o contraditório, evitar falácias e apresentar argumentos consistentes.

Esse entendimento da construção textual como prática social é defendido por estudiosos como Paulo Freire e Mikhail Bakhtin, que destacam o caráter dialógico da linguagem e a importância da escrita como instrumento de expressão, transformação e intervenção no mundo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA E DOMÍNIO DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O estudo das formas contemporâneas da linguagem inglesa exige uma compreensão que ultrapassa a análise isolada de regras gramaticais e listas de vocabulário. A língua inglesa, em sua circulação atual, apresenta-se como instrumento de comunicação internacional, meio de produção acadêmica, linguagem do ambiente digital e recurso de interação social em contextos muito diversos. Por essa razão, conhecê-la, hoje, significa entender como ela funciona em situações reais, com diferentes níveis de formalidade, múltiplas variedades e usos marcados por contexto, intenção e público.

A expressão formas contemporâneas da linguagem inglesa remete ao modo como o idioma vem sendo utilizado na vida social, profissional, acadêmica e tecnológica, em gêneros textuais e situações comunicativas que se renovam constantemente. Isso envolve desde textos jornalísticos, científicos e institucionais até mensagens instantâneas, publicações em redes sociais, vídeos, podcasts, campanhas publicitárias e materiais multimodais. A língua, nesse cenário, não deve ser tratada como sistema estático, mas como prática viva, adaptável e sensível às transformações culturais e comunicacionais do mundo contemporâneo.

INGLÊS CONTEMPORÂNEO COMO LÍNGUA DE CIRCULAÇÃO GLOBAL

O inglês contemporâneo consolidou-se como uma língua de ampla circulação internacional, utilizada em relações diplomáticas, produção científica, comunicação empresarial, turismo, entretenimento e intercâmbio cultural. Essa difusão ampliou o número de falantes não nativos e modificou a própria percepção do idioma, que deixou de ser visto apenas como patrimônio de um número restrito de países. Em muitos contextos, o inglês funciona como língua de contato entre pessoas de origens linguísticas diferentes, o que torna seu uso mais plural e menos dependente de um único padrão nacional.

Esse fenômeno produziu o fortalecimento de diferentes variedades do inglês, como o britânico, o norte-americano, o canadense, o australiano e outras formas de uso disseminadas em regiões da África, da Ásia e do Caribe. Além dessas variedades historicamente reconhecidas, o crescimento do inglês como língua franca também intensificou usos híbridos, nos quais a comunicação se organiza mais pela inteligibilidade do que pela obediência estrita a um modelo idealizado. Em consequência disso, o conhecimento da língua contemporânea passa a incluir a capacidade de reconhecer variações lexicais, ortográficas, fonéticas e pragmáticas sem perder o núcleo do sentido.

Essa diversidade não elimina a importância da norma-padrão, mas redefine seu lugar. Em situações formais, acadêmicas e profissionais, continua sendo necessário dominar estruturas convencionais de escrita e compreender registros mais monitorados. Ao mesmo tempo, a competência linguística contemporânea inclui flexibilidade para lidar com sotaques, escolhas lexicais regionais e estratégias de comunicação típicas de contextos interculturais, nos quais clareza, adequação e compreensão mútua ocupam posição central.

REGISTROS, CONTEXTO E ADEQUAÇÃO DE USO

Um dos traços mais relevantes da linguagem inglesa contemporânea está na variação de registro, isto é, na adaptação da língua conforme a situação comunicativa. O modo de escrever um e-mail profissional, por exemplo, difere significativamente da linguagem usada em mensagens instantâneas, comentários em redes sociais ou interações orais informais. O conhecimento efetivo da língua envolve perceber essas diferenças e selecionar vocabulário, estruturas e grau de formalidade adequados ao contexto.

Na comunicação formal, costuma haver maior controle sintático, escolha lexical mais precisa e organização discursiva mais estável, especialmente em textos acadêmicos, corporativos ou institucionais. Já na comunicação informal, aparecem contrações, abreviações, omissões, expressões idiomáticas, marcas de oralidade e construções mais econômicas, sem que isso signifique ausência de sentido ou empobrecimento da língua. Pelo contrário, essas formas revelam a capacidade do idioma de ajustar-se à rapidez da interação e à proximidade entre os interlocutores.

O uso contemporâneo do inglês também exige atenção à pragmática, isto é, ao modo como a intenção se constrói dentro da linguagem. Muitas vezes, o sentido de uma expressão não está apenas nas palavras empregadas, mas no tom, na situação, na relação entre os participantes e na finalidade do enunciado. Pedidos indiretos, ironias, atenuações, marcas de cortesia e respostas breves típicas da oralidade ou da escrita digital mostram que compreender a língua contemporânea implica interpretar não apenas o que é dito, mas como, para quem e em que circunstância isso é formulado.

LINGUAGEM DIGITAL, MULTIMODALIDADE E NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO

A contemporaneidade alterou profundamente os modos de produção e recepção da linguagem inglesa, sobretudo com a expansão dos meios digitais. Hoje, uma parcela expressiva da comunicação em inglês ocorre em ambientes virtuais, nos quais textos verbais convivem com imagens, vídeos, emojis, hyperlinks, sons e outros recursos semióticos. Essa multimodalidade amplia as possibilidades expressivas e exige do leitor ou do usuário uma competência interpretativa mais abrangente, capaz de integrar diferentes camadas de sentido.

No ambiente digital, a linguagem tende a ser mais rápida, condensada e marcada por convenções próprias. Abreviações, siglas, hashtags, expressões coloquiais, memes e estruturas elípticas aparecem com

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

LÓGICA: PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo "não"

Representação simbólica: (~p) ou (¬p).
Sabemos que o valor lógico de "p" e "~p" são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, "~p" será falsa, e vice-versa.
Exemplo:

- p: "Matemática é difícil.";
- (~p) ou (¬p): "Matemática não é difícil."

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- "Não é verdade que matemática é difícil.";
- "É falso que matemática é difícil."

Conjunção (Conectivo "e")

Representação simbólica: ^
Exemplos:
Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: p ^ q
Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo "ou")

Representação simbólica: v
Exemplos:
Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: p v q
Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo "Ou...ou")

Representação simbólica: v
Exemplos:
Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: p v q
Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo "se... então")

Representação simbólica: →
Exemplos:
Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: p → q
Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo "se, e somente se,")

Representação simbólica: ↔
Exemplos:
Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se,** ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: p ↔ q
Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:
Paula vai à praia.
Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração**: é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa**: ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase "Paula vai à praia" é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é a parte da matemática que se dedica à análise, apresentação e interpretação de dados coletados. Esses dados são coletados dentro de uma **população**, que é o conjunto total dos elementos a serem estudados (podem ser pessoas, objetos etc.). Dessa população, podemos coletar os dados de duas maneiras:

- **Censo**: quando são coletados os dados de toda a população;
- **Amostra**: subconjunto da população, da qual são coletados dados para, posteriormente, fazer uma inferência sobre a população (inferência estatística).

Ex.: na eleição, todas as pessoas aptas a votar são a população. Quando uma empresa é contratada para fazer uma pesquisa de intenção de voto, eles selecionam uma amostra dessa população, fazem as perguntas predeterminadas pela pesquisa e, com os dados das respostas, fazem uma inferência de como a população toda irá votar.

Um dos ramos da estatística é a **estatística descritiva**, em que estudaremos quatro tipos de medidas descritivas:

- as medidas de **tendência central**, medidas que indicam a posição dos dados, como média, mediana, moda e quartis (também chamadas de medidas de **posição**);
- as medidas de **dispersão**, que medem o grau de variabilidade dos elementos de um conjunto, como desvio-padrão, variância, amplitude;
- a **assimetria** da curva;
- o achatamento da curva, chamado de **curtose**.

Importante!

Essas duas últimas (assimetria e curtose) também são conhecidas como medidas de **distribuição**.

Os dados de uma amostra podem ser **qualitativos**, que são aqueles dados não numéricos como sexo, nacionalidade, avaliação nominal (bom, regular, ruim) etc., ou **quantitativos**, dados expressos em números que podem ser objeto de contagens, medições como altura, peso etc.

Atenção: não necessariamente dados expressos em números serão quantitativos; eles podem também ser qualitativos, como RG, CPF, CNPJ, CEP, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) — geralmente esse tipo de código ou classificação é feito em números. Exemplo: se quisermos saber a quantidade de empresas que atuam em cada setor, podemos usar a CNAE, que é um número, para separar a quantidade de mercados, farmácias, postos de combustíveis etc.

Os dados qualitativos podem ser:

- **Ordinais**: podem ser ordenados, como mês, nível de escolaridade, tamanho de roupa (P, M, G), entre outros. Ex.: o nível de escolaridade pode ser dividido em ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação. Por mais que seja um dado qualitativo, conseguimos colocar isso em ordem, pois sabemos que primeiro vem o ensino fundamental, depois o ensino médio e assim por diante. Da mesma forma com os meses: sabemos que primeiro vem janeiro, depois fevereiro até chegar em dezembro;
- **Nominais**: não podem ser ordenados, como sexo, estado civil, entre outros. Ex.: podemos dividir os estados civis em casado, união estável, solteiro, viúvo... Não temos uma ordem entre essas opções.

Os dados quantitativos podem ser:

- **Discretos**: dados que possuem um conjunto finito de valores, como a quantidade de acertos em uma prova de múltipla escolha — a quantidade será apenas números inteiros, 0, 1, 2, 3 e assim por diante;
- **Contínuos**: possuem uma escala contínua de valor, como tempo, comprimento etc. Ex.: vamos considerar a variável altura. Entre os dados 1,70 m e 1,71 m existe uma infinidade de números.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO TABULAR

Modelo de uma Tabela

Para que serve e como montar uma tabela? Uma tabela deve ser composta por diversas linhas e colunas. Devemos também ter um título (normalmente na primeira linha da tabela) e vários dados organizados nas linhas e colunas seguintes.

Geralmente, na primeira linha, depois do título, teremos as classes que serão retratadas nas linhas, por exemplo: estados, siglas, população, área etc. Nas linhas seguintes teremos os dados da tabela; teremos em uma mesma linha o estado, relacionando sua sigla, sua população, sua área etc.

Vejamos o exemplo dessa tabela citada:

INFORMAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE			
Estado	**Sigla**	**População**	**Área (km^2)**
Minas Gerais	MG	21.292.666	586.522
Espírito Santo	ES	4.064.052	46.095
Rio de Janeiro	RJ	17.366.189	43.780
São Paulo	SP	45.919.049	248.222

Analisando a tabela anterior, podemos concluir que Minas Gerais (MG) é o maior estado da região Sudeste, pois tem a maior área, mas que o estado de São Paulo é o mais populoso, por ter uma população maior que os outros.

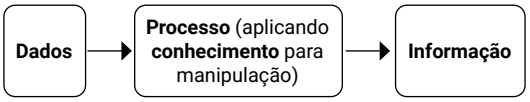
Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

FLUÊNCIA EM DADOS

CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS

Antes de seguir para o entendimento do que vem a ser fluência em dados, é de extrema importância que seja compreendido o contexto no qual ela entra, que é justamente o contexto de atuação de um cientista de dados.

Mais do que isso, precisaremos de um alinhamento conceitual mínimo sobre alguns conceitos que são aplicáveis à nossa realidade de ciência de dados, mais especificamente no que diz respeito a banco de dados.



Processo de transformação de dados em informação.

- **Dados**: consistem em fatos *"não trabalhados como o nome de um empregado, a quantidade de horas semanais trabalhadas por ele, o número de peças em estoque ou de pedidos de vendas"* (Santos et al., 2006, p. 2);
- **Informação**: *"é uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos"* (Santos et al., 2006, p. 2). Precisa ser valorosa;
- **Processo**: transformação de dados em informação. Para tal feito, a definição dos relacionamentos entre os dados existentes exige conhecimento daquele que os manipula (pessoa, grupo de pessoas, o cérebro, as mãos ou software de computador) para que assim possam gerar informações úteis para alguma tarefa específica;
- **Inteligência**:

> *[...] o processo de inteligência competitiva (IC) é aplicado em ambientes organizacionais, com o propósito de descobrir oportunidades e reduzir riscos, além de conhecer o ambiente interno e externo à organização, visando o estabelecimento de estratégias de ação a curto, médio e longo prazo. (Valentim, 2003 apud Silva, 2007, p. 90)*

Quando trabalhamos em um banco de dados, é importante sabermos que podemos ter três tipos de dados a serem armazenados (e que serão futuramente trabalhados em projetos específicos focados na ciência de dados):

- **Dados estruturados**: têm uma relação direta com banco de dados relacionais (visto que estes são estruturados em tabela), bem como esquemas rígidos, e correspondem a cerca de 20% dos dados atualmente armazenados no mundo;
- **Dados semiestruturados**: têm uma estrutura predefinida, porém não com o mesmo rigor dos dados relacionais/estruturados;
- **Dados não estruturados**: não têm um formato que pode ser facilmente armazenado em tabelas (vídeos, imagens e alguns formatos de texto).

Agora, no momento em que temos um banco de dados com seus dados armazenados, é importante entender também a diferença entre o que é o esquema e o que é a instância de um banco de dados, conforme descrito a seguir:

- **Esquema**: é a definição estrutural do banco de dados;
- **Instância**: é o conjunto de informações contidas no banco de dados em um determinado momento temporal. Pode-se dizer que a instância corresponde aos dados persistidos.

E o que vem a ser um banco de dados?

Um **banco de dados** é uma coleção de dados persistentes e relacionados entre si que são utilizados pelas aplicações de uma determinada organização, ou seja, são os dados propriamente ditos.

Algumas pessoas confundem tal termo com o **Sistema Gerenciador de Banco de Dados**, que é, na verdade, o conjunto de aplicativos e ferramentas que utilizado para conseguir manipular o esquema de um banco de dados, assim como a sua instância (os dados propriamente ditos).

De uma forma geral, os bancos de dados que atendem aos sistemas de informação utilizados no dia a dia recebem, então, **transações**, que são operações realizadas em um banco de dados detectadas pelo usuário de um banco de dados como algo único. Toda a transação é dotada de quatro propriedades:

> ***Atomicidade**: todas as ações que compõem a unidade de trabalho da transação devem ser concluídas com sucesso, para que seja efetivada. Se durante a transação qualquer ação que constitui unidade de trabalho falhar, a transação inteira deve ser desfeita (Rollback).*
>
> ***Consistência**: todas as regras e restrições definidas no banco de dados devem ser obedecidas. Relacionamentos por chaves estrangeiras, checagem de valores para campos restritos ou únicos devem ser obedecidos para que uma transação possa ser completada com sucesso.*
>
> ***Isolamento**: cada transação funciona completamente à parte de outras estações. Todas as operações são parte de uma transação única. O princípio é que nenhuma outra transação, operando no mesmo sistema, possa interferir no funcionamento da transação corrente (é um mecanismo de controle). Outras transações não podem visualizar os resultados parciais das operações de uma transação em andamento (ainda em respeito à propriedade da atomicidade).*
>
> ***Durabilidade**: significa que os resultados de uma transação são permanentes e podem ser desfeitos somente por uma transação subsequente. (Bacelar, 2018)*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

TEORIA GERAL DO ESTADO

Antes de iniciarmos o estudo de Direito Constitucional, faz-se necessário compreendermos **o que é o Estado**, **para que ele serve** e **como é estruturado**. Inicialmente, precisamos saber que inúmeras teorias definem/tentaram definir esta Instituição. Assim, o Estado nada mais é do que **uma criação humana** que se desenvolve a partir de concepções políticas, jurídicas e filosóficas de cada época específica para dar respaldo às atitudes de quem detém o poder.

Dica

Embora a ordem política social denominada Estado seja conhecida desde a antiguidade, nem sempre recebeu este nome. De outro modo, podemos dizer que apesar de, desde os primórdios da história, as civilizações se organizarem socialmente, cada grupo humano se organiza/organizou de acordo com sua visão de mundo e de sua realidade. São exemplos a *polis* grega (cidade-estado da Grécia Antiga) e a *res publica* romana, que deu origem ao que, hoje, entendemos por República.

Dito isso, enquanto uma concepção humana, diversas teorias tentam equacionar sua origem sob o ponto de vista histórico-sociológico e sob o prisma racional. Essas teorias podem ser agrupadas em três grupos distintos:

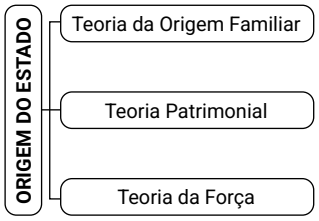
- teoria da origem familiar;
- teoria da origem patrimonial; e
- teoria da força.

Pela **teoria da origem familiar**, o Estado **deriva-se do núcleo familiar**, uma vez que a família é o primeiro modelo de organização política. Nesse caso, há duas bases de sustentação: a primeira é a origem matriarcal do Estado (mulher como base da família), a segunda, a base patriarcal (homem como autoridade suprema).

A **teoria patrimonial**, por sua vez, enxerga a **união econômica** como forma de **proteção da propriedade** e, também, **de regular as relações patrimoniais**. Esta concepção fundamenta-se no embasamento de que o direito de propriedade é anterior ao próprio Estado.

Por fim, a **teoria da força** defende que o Estado nada mais é do que **resultado do poder de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos**. Assim sendo, de acordo com essa concepção, o poder público surgiu com forma de regular a relação entre os indivíduos e eliminar as lutas travadas entre estes a fim de a evitar a dominação dos vencedores sobre os vencidos.

Observe o esquema abaixo.



Além disso, sempre houve a necessidade de se **justificar o poder exercido pelo Estado**, seja sob o ponto de vista social, político ou jurídico. Por isso, sempre existiram doutrinas explicativas, seja para legitimar o comando, seja para legitimar a obediência. No início, a justificação para a existência do Estado partia de uma **ideologia natural**, ou seja, de ordem carismática, aceitável pela simples crença religiosa. Esta teoria, pertencente ao grupo das teorias teológico-religiosas, refletia o pensamento político dominante na idade Média e, defendia, tal como o Absolutismo (famoso pela figura do rei Luiz XIV, da França), o poder divino do monarca.

Ademais, as teorias teológico-religiosas dividiram-se em dois grupos:

- **Teoria do direito divino sobrenatural** – Deus, como criador de todas as coisas, é a origem, a causa e o responsável pela criação, pelo poder e pela hierarquia do Estado;
- **Teoria do direito divino providencial** – a escolha da autoridade máxima de poder é permeada por intervenção divina. Desse modo, o poder de Deus é exercido de forma indireta.

Além deste ponto de vista, as teorias **racionalistas** também explicam e justificam o Estado, entretanto, ao contrário das concepções religiosas, defendem que esta instituição é produto da razão humana.

Essas teorias partem dos princípios de direito natural e subdividem-se em três. A primeira, conhecida como **teoria do jusnaturalismo**, cujo expoente é o republicano Grócio, relaciona-se com uma das primeiras noções de direito desvinculadas do aspecto religioso, pois procura um fundamento eminentemente humano para o Estado. De acordo com esta teoria, o direito, não baseado na vontade divina e com poder próprio, divide-se em direito natural e direito voluntário. O Estado, especificamente, sob esse ponto de vista, define-se como uma organização perfeita, formada por homens livres, cuja finalidade é regular o direito e alcançar o bem estar coletivo.

A segunda das teorias racionalistas é a **teoria contratualista**, destacada por figuras como Kant, Hobbes, entre outros. Kant procura, na filosofia política, os fundamentos para a construção do Estado. Para ele, os homens devem obediência às regras de comportamento preexistentes, feitas pela razão prática, de modo que o direito, ao mesmo tempo que tem por finalidade garantir a liberdade, tem por fundamento a coexistência entre essas liberdades. Por esta razão, os homens saem do seu estado de natureza para se associarem, de modo a se submeterem as limitações do Estado.

Hobbes, por sua vez, discorre, em sua obra "Leviatã", acerca da natureza humana e das necessidades de governos e de sociedade. Para ele, o sistema anárquico leva o homem ao em seu estado de natureza e o conduz à guerra. Assim, para se evitar a "guerra de

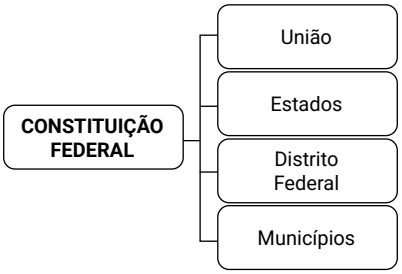
Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A competência tributária remete ao poder dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) na instituição de tributos, sendo o **Princípio do Federalismo** (inciso I, § 4°, art. 60, CF) **seu principal fundamento.**

É importante ressaltar que a Constituição Federal **não** cria tributos, apenas concede poderes para os entes políticos. Assim, a competência tributária consiste na atribuição do poder de criar, majorar e instituir tributos aos entes políticos.



Conforme os ensinamentos de Santos Júnior (2010, p.11) a tributação legal, no estágio atual do Estado Social, serve de anteparo para resolução de problemas gerais: seguridade social, educação, transporte, moradia, dentre outros. E ainda, segundo o autor:

> *para que o Estado Social tenha condições de enfrentar e resolver tais finalidades precisa do poder de tributar, porque é por meio da arrecadação de tributos que o Estado obtém o maior leque de suas receitas.*

Logo, a Competência Tributária nada mais é do que a outorga de poder concedida pela Constituição Federal aos entes federativos para criar ou majorar tributos. Somente os entes federativos detêm competência tributária.

Percebe-se que habitualmente a competência tributária se confunde com competência para legislar sobre Direito Tributário. Nos termos do art. 6° do CTN, apenas os entes políticos (que podem legislar) são titulares dessa prerrogativa. Ao definir a competência de determinado tributo para que ocorra a tributação de fato é necessário que cada ente federativo exerça a competência deferida pela Constituição, instituindo o tributo por meio de lei. Somente com a publicação da lei, aprovada nos moldes e limites da competência fixada é que se fala em instituição do tributo.

De acordo com o inciso I, do art. 24, da Constituição, compete à União, aos Estados e ao DF, a competência concorrente para legislar sobre Direito Tributário:

> **Art. 24** *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
> *I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*
> *[...]*
> *§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*
> *§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*
> *§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.*
> *§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.*

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO
Criação e Majoração de tributos	Criar normas para reger as obrigações decorrentes dos tributos que forem criados/ majorados

Existe, também, uma diferença entre a Competência Tributária e a Capacidade Tributária Ativa (arts. 7° e 8°, CTN). A primeira se refere a criar e majorar tributo, tal como fiscalizar e cobrar. Já a capacidade tributária ativa consiste apenas na atribuição da atividade de arrecadar e fiscalizar tributos. A competência tem natureza política, enquanto a capacidade tem natureza administrativa.

O art. 7° permite que o ente competente atribua a outra pessoa jurídica de direito público as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	CAPACIDADE ATIVA TRIBUTÁRIA
Criar e Majorar tributos	Arrecadar, Fiscalizar, Executar

CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Em relação aos tributos a seguinte classificação pode ser concebida:

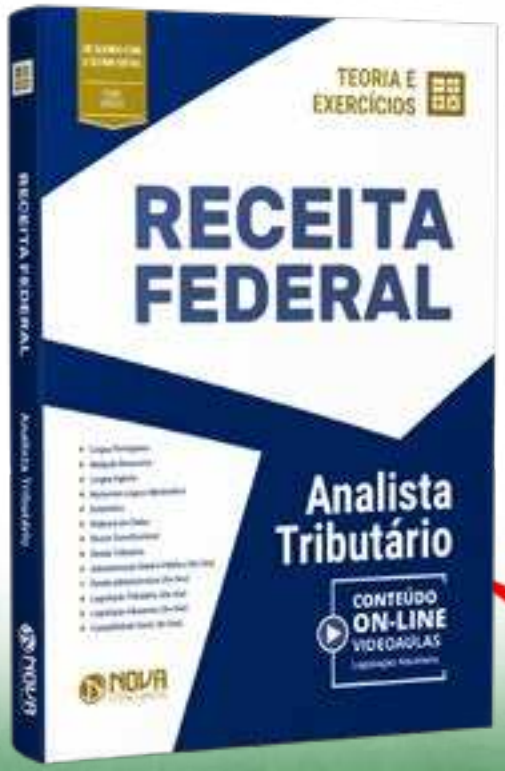
- **Competência Privativa (arts. 148, 149, 149ª, 153, 155, 156 e 147, CF):** refere-se aos impostos, já que a Constituição faz referência a cada um dos impostos de competência exclusiva da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo que os entes não poderão instituir qualquer outro imposto, a não ser os delimitados pela CF;
- **Competência Comum (arts. 77 a 81, CTN):** refere-se às taxas e contribuições de melhoria que podem ser instituídas e cobradas por qualquer ente político;
- **Competência Cumulativa (arts. 147, CF):** refere-se aos impostos em Território Federal. Tratando-se de impostos estaduais, a competência é da União e se, o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais. Ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. Atualmente, não existem territórios no Brasil;
- **Competência Especial (art. 148 e 149, CF):** refere-se aos empréstimos compulsórios e as contribuições sociais. Apenas a União tem competência para instituir empréstimos compulsórios e

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021
92 APROVADOS NO TJ-MG 2022
213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022
337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.